

O Protestantismo Mineiro do Século XIX

Martin N. Dreher

I. INTRODUÇÃO

Em nossos dias fala-se muito de uma crise de identidade no protestantismo brasileiro. Tal crise faz-se sentir especialmente entre dois tipos de protestantismo: o protestantismo de missão e o protestantismo de imigração. As origens dessa crise devem ser procuradas no momento histórico-social do Brasil à época em que se inicia a implantação do protestantismo em nossa pátria. O Brasil de 1824, ano em que começam a penetrar contingentes de protestantes no país, está saindo de uma sociedade colonial tradicional, na qual predomina o capitalismo de mercado, e está ingressando na sociedade liberal-moderno-burguesa, na qual vai predominar o capitalismo industrial. No campo político estão triunfando as correntes liberais-modernizadoras, que produzem as condições para o ingresso do protestantismo. Não é por acaso que, por exemplo, na chamada “questão religiosa” o protestantismo virá a dar total apoio aos políticos liberais e a apoiar-se na maçonaria(1). São os liberais que convidam protestantes a ingressar no país como imigrantes e vão convidar sociedades missionárias. Exemplo para esse último aspecto é o Regente Pe. Diogo Antônio Feijó, que convidou os Irmãos Moravianos a virem se estabelecer no país. Os Moravianos não puderam corresponder à solicitação de Feijó em virtude dos poucos recursos humanos que tinham à disposição, mas o fato está a falar por si(2). De um modo geral tinha-se, no Brasil, a convicção de que o protestantismo favoreceria a transição para a sociedade moderna. Em 1828, Pedro de Araújo Lima afirma: “A população do Império aumenta dia a dia; com um clima ameno, com solo fértil, o Brasil tem que ver crescer o número de seus filhos no mínimo na mesma proporção que os Estados Unidos da América do

(1) Cf. quanto a esse aspecto VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980, passim.

(2) *Ibidem*, p. 31.

Norte... O comércio escravagista diminui e nós nos encontramos diante da necessidade de preencher esta lacuna. Temos que proteger a pessoa e a propriedade. Temos que criar liberdades para a agricultura e a indústria, garantir os contratos entre proprietários e arrendatários, especialmente em se tratando de estrangeiros, facilitar a aquisição de meios de subsistência. Isso atrairá braços, dinheiro e indústria ...! O Brasil necessita de braços laboriosos e trabalhadores” (3) Essas palavras de Araújo Lima são reveladoras, em mais que um sentido, como ainda veremos no decorrer de nossa exposição. Elas apontam para o projeto, no qual o protestante vai ser inserido, e nos falam também do uso que o projeto vai fazer do protestante.

Se o ideário protestante estava presente nos círculos dirigentes brasileiros, também estava presente nas juntas americanas que enviaram seus missionários ao Brasil. O mesmo deve ser dito em relação às sociedades missionárias alemãs. No “american way of life” ou no “deutsches Wesen” o mundo alcançará a redenção. Crê-se no “destino manifesto”. Os missionários virão convictos de que trazem o “progresso” juntamente com o Evangelho. A polêmica protestante – especialmente do protestantismo de missão –, deixando-se de lado a polêmica doutrinal, vai argumentar que o catolicismo é obscurantista, retrógrado, etc. O protestantismo, ao contrário, é a religião que cria o espírito do progresso (4). Não será por acaso que um dos primeiros representantes da Sociedade Bíblica Americana criará no Rio de Janeiro uma “Sociedade de Amigos do Progresso” (5). A pregação protestante vai ser do tipo evangelístico: transforma o convertido em tipo ideal para a nova sociedade que se quer criar: individualista. Ele é sujeito de sua própria existência. A religião é dele e não mais da família. Básica é a relação: Eu e Deus. O novo homem da conversão é o homem moderno: responsável, honesto, progressista, busca cultura. O católico, não convertido, será para ele o contrário de tudo isso: irresponsável, desonesto, reacionário e inculto.

-
- (3) Cf. DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade. Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.** São Leopoldo, Sinodal, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 29s.
- (4) A recente publicação de REILY, Duncan A. **História documental do protestantismo no Brasil.** São Paulo, ASTE, 1984, traz excelente material para documentar esse aspecto. Cf., p.ex., p. 34-37.
- (5) Cf. VIEIRA, David Gueiros. op. cit., p. 61-112.

São essas as colocações que encontramos entre os dirigentes brasileiros, entre as lideranças das sociedades missionárias e entre os próprios missionários enviados ao Brasil. No entanto, essa não é toda a realidade. Quando se fala em protestantismo no Brasil, não se pode apenas falar dos missionários e do povo que esses missionários vão criando a sua imagem e semelhança. Fato é que entre os muitos imigrantes que o projeto liberal vai trazendo ao Brasil encontramos também milhares de protestantes que vão dar um caráter toda especial a parte do protestantismo brasileiro. E, mais importante ainda, esse povo estabelece-se no Brasil muito antes da vinda dos missionários protestantes. Ele cria a sua própria vida eclesiástica. Sem a presença de missionários, vai sendo usado pelo sistema liberal-modernizador brasileiro e, enquanto vai sendo usado, cria a sua vida religiosa, ou, melhor, recria-a no Brasil. Procuraremos evidenciar esse aspecto no presente estudo.

Estudaremos o protestantismo mineiro do século XIX, que é basicamente protestantismo de imigração, verificando se encontramos nele as mesmas características que vamos encontrar no protestantismo de imigração do Sul do Brasil, onde sabidamente concentrou-se a maior parte desse tipo de protestantismo.

Vejamos quais os aspectos que se destacam.

II. O POVO MIGRANTE NO CONTEXTO DOS INTERESSES MUNDIAIS

Não foram apenas Portugal e o Império do Brasil que se beneficiaram, em seu projeto, com o ingresso de grandes contingentes de imigrantes, entre os quais se destacam, inicialmente, alemães e italianos. De fato, praticamente toda a Europa Central e a Inglaterra também se beneficiaram com as migrações do século XIX. As migrações transoceânicas, o êxodo rural, a industrialização e a urbanização aceleradas são todos aspectos de um e o mesmo fenômeno. O sonho por um pedaço de terra na América é mola propulsora que faz milhões de europeus, à beira do pauperismo, abandonarem seu torrão natal. Não é por acaso que nas aldeias do Palatinado, na Alemanha, as populações migrantes vão cantar: "Adeus pátria mal agradecida, vamos para uma outra terra, vamos para o Brasil, deixamos apenas as dívidas". Ou, partindo em busca da terra prometida, qual o patriarca Abraão, vão dizer: "Deus nos tem chamado, jamais o imaginamos. Cremos e jornadeamos,

seguindo o seu mandado” (6). Profundos desequilíbrios demográficos e econômicos na Itália, na Alemanha, na França, na Inglaterra, nos próprios países ibéricos, fizeram com que, ao menor aceno, grandes contingentes se mostrassem dispostos a emigrar. A Europa do século XIX está repleta de fatores de repulsão de contingentes humanos estigmatizados pela pobreza, falta de trabalho, falta de terra. A urbanização e a industrialização mostram-se incapazes de absorver os excedentes populacionais. E o capitalismo industrial vai se valer desses excedentes, promovendo a migração. Aplicam-se imensos capitais na marinha mercante. Os navios passam a transportar migrantes e gêneros que esses migrantes, saudosos da pátria, consomem avidamente. Na volta, transportam matérias primas para as indústrias européias. Os capitalistas de Hamburgo, na Alemanha, criarão a sua própria colônia em Dona Francisca, Santa Catarina; para ela levarão os migrantes, para lá transportarão mercadorias e de lá trazem para a Europa as matérias primas, numa constante realimentação(7). Assim, armadores, construtores, industriais se beneficiam. Não menos beneficiadas são as nações que permitem a saída de seus cidadãos empobrecidos: livram-se de parte do “problema social”. Não é por acaso que comunas suíças custearão as despesas de viagem de seus mais pobres cidadãos, transferindo-os para Joinville, no Brasil(8).

Ávidas por atrelar o Brasil ao capitalismo industrial, as elites dirigentes brasileiras irão de encontro às expectativas tanto do capitalismo europeu, que se lança em busca de mercados e de fontes de matérias primas, – bem como de espaços para seus excedentes populacionais –, quanto de anseios internos. Dentro desse projeto global, os migrantes vão ser usados. Seu uso pelos interesses europeus já delinhamos acima, seu uso pelo sistema brasileiro descreveremos abaixo. Antes de passarmos a essa descrição, no entanto, cabe lembrar, uma vez mais, que é dentro desse jogo que se dá a inserção de considerável fatia do protestantismo no Brasil.

(6) Cf. DREHER, Martin Norberto. *op. cit.*, p. 36s.

(7) Cf. SCHRAMM, Percy Ernst. Die deutsche Siedlungskolonie Dona Francisca (Brasilien: St. Catarina) in Rahmen gleichzeitiger Projekte und Verhandlungen. In: *Jahrbuch für die Gaschichte von Staat, Wirtschaft und gesellschaft Lateinamerikas*, 1964: 283-324.
1964: 283-324.

(8) Cf. TSCHUDI, Johann Jakob von. *Reisen durch Südamerika*. Vol. 3. Leipzig, Brockhaus, 1866, p. 358.

III. O USO DO POVO MIGRANTE PELOS INTERESSES BRASILEIROS

Foram vários os contextos dentro dos quais o sistema brasileiro usou o imigrante e, com isso, o protestantismo. Enumeremos, apresento dados e, ao final, faço um apanhado geral de minhas descobertas.

1. O branqueamento da raça

Entre 1807 e 1810 ocorreram diversos levantes de negros na Bahia. Tais levantes provocaram um enorme susto na elite baiana e, por extensão, no restante da Colônia. A impressão que os levantes devem ter causado fica ainda mais patente, caso lembrarmos que em 1804, no Haiti, os escravos insurgidos haviam liquidado com a população branca. Em 1825, a França teve que reconhecer a independência do Haiti, dirigido por negros. Em tratado celebrado com a Inglaterra, em 1810, D. João VI declarou-se "plenamente convencido da injustiça e má política do comércio de escravos" (9). O tratado foi imposto pela Inglaterra, mas no fundo a declaração corresponde ao pensamento do rei português. Ao chegar ao Brasil, D. João VI depara-se com um Brasil negro. Esse fato, aliado aos levantes baianos e à revolução haitiana criaram no seio da classe dirigente brasileira a ideologia racista do branqueamento da raça. Boa parte das leis abolicionistas foram formuladas para impedir a entrada de escravos, diminuindo, assim, a possibilidade de uma supremacia negra no país (Lei Eusébio de Queirós).⁹ A busca por imigrantes brancos na Europa ainda durante o período do Brasil-Colônia e nos primórdios do Brasil independente é, pois, política dirigida contra o negro, a serviço da ideologia da supremacia da raça branca no Brasil. O colono branco vai receber a terra que o negro não recebe e vai ficar proibido de ser proprietário de escravos. Para poder fazer concorrência ao latifundiário deverá ter família numerosa, contribuindo assim, indiretamente, para o branqueamento da raça(10). Racista não é, pois, o imigrante, mas a

(9) Cláusula X do Tratado. Cf. BERGMANN, Michel. *Nasce um povo. Estudo antropológico da população brasileira: como surgiu, composição racial, evolução futura*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1978, p. 32.

(10) Não são raros os casos em que imigrantes e alemães e/ou italianos terão até 18(dezoito) filhos.

classe dirigente brasileira que o usa. Oliveira Vianna dirá, ainda em 1934(!): "Para nós, portanto, que pelo fato mesmo de termos uma formação em que predominam dois sangues inferiores (o negro e o índio), somos um povo de eugenismo pouco elevado, o grande problema é a arianização intensiva de nossa composição étnica. Tudo quanto fizermos em sentido contrário a essa arianização é obra criminosa e impatriótica"(11).

2. A eliminação de nações indígenas

Um dos aspectos que nos chama a atenção, quando estudamos a geografia da colonização por meio de imigrantes desde 1824, é a localização dos imigrantes em áreas infestadas de indígenas ou em área nas quais os indígenas acabaram de ser eliminados. Assim, os colonos localizados em São Pedro de Alcântara (1828), em Santa Catarina, em Rio Negro (1828), no atual Estado do Paraná, em Caxias do Sul (= Campo dos Bugres), no Rio Grande do Sul, são localizados em áreas em que a estrada ligando São Paulo, via Rio Negro e Lages, às Vacarias, e mais tarde a Porto Alegre, precisa ser defendida de ataques indígenas. Em todas essas áreas, os colonos vão liquidar o indígena, seguindo uma tradição de "guerra ofensiva", declarada por D. João VI, em 1808, quando inicia a matança dos botocudos(12). Aliás, para repovoar o território do Espírito Santo, onde os botocudos são dizimados após haverem sido presenteados com peças de roupa infectadas com pústulas de varíola, o governo brasileiro vai lançar mão de imigrantes, localizados em Santa Izabel (= Domingos Martins) e Santa Leopoldina, núcleos iniciais da colonização em terras capixabas. No Vale do Itajaí, em Santa Catarina, os colonos são localizados em áreas, nas quais serão organizadas expedições contra os indígenas, à frente das quais se encontra Martinho Bugreiro.

Essa prole numerosa certamente não se deve a um especial amor pelos pequeninos entre alemães e italianos. O colono que não tivesse filhos estava condenado à falência econômica.

- (11) Citado em SCHORER PETRONE, Maria Thereza. **O imigrante e a pequena propriedade** (Tudo é história 38). São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 43.
- (12) Cf. BEOZZO, José Oscar. **Leis e Regimentos das Missões. Política Indigenista no Brasil** (Coleção "Missão Aberta" - VI), São Paulo, Loyola, 1983, p. 71-74.

3. A segurança nacional

Se observarmos os núcleos iniciais em que foram localizados os imigrantes alemães, que formam a base para a Igreja Luterana no Brasil, veremos facilmente que sua localização se deveu a questões de segurança nacional. Baseado na criação extensiva de gado, o antigo povoamento do Rio Grande do Sul desprezou as áreas em torno do núcleo inicial de colonização alemã naquele Estado, São Leopoldo. Historicamente, porém, o território do Rio Grande do Sul sempre foi área de litígio com a coroa espanhola e, posteriormente, com os Estados do Prata. A população ligada à criação do gado não poderia, devido a sua baixa densidade, garantir a posse do território. Colocando os imigrantes na área de São Leopoldo, ligando-os ao sistema da pequena propriedade e forçando-os a uma prole numerosa para poderem fazer concorrência aos latifundiários, o governo brasileiro criou as bases para a garantia e a posse do território. Fato semelhante podemos observar, quando verificamos a localização dos núcleos iniciais da colonização em Santa Catarina e no atual Estado do Paraná. São Pedro de Alcântara, criada em 1828, foi localizada no caminho que levava do Litoral até Lages. Os colonos mantêm livre a estrada, eis que estão em disputa com os indígenas, e estabelecer um marco na defesa frente a possíveis incursões do Prata. Além disso vão fornecer alimento para os militares aquartelados em Lages e responsáveis pela defesa da estrada que liga o Centro ao Sul do país. A produção de gêneros alimentícios para as forças militares aquarteladas em Rio Negro e responsáveis pela estrada de ligação do Centro ao Sul também vai ser motivo que leva à criação da Colônia Alemã de Rio Negro. No início deste século, ainda seria criada a Colônia de Terrenos, no Mato Grosso, para propiciar alimentação para a Colônia Militar de Campo Grande. Motivos de segurança também devem ter estado por trás da localização dos núcleos estabelecidos no Espírito Santo. Eliminada a população botocuda, criou-se um vácuo populacional que tinha que ser preenchido. Daí a criação dos núcleos de Santa Isabel e de Santa Leopoldina.

4. A valorização fundiária

O aspecto no qual a elite dominante brasileira jamais se aproveitou do imigrante foi, sem dúvida, o aspecto da valorização fundiária. Os primeiros núcleos coloniais foram localizados em

áreas que permitissem um mais fácil escoamento da produção. Veja-se o exemplo da localização de São Leopoldo: próxima de Porto Alegre e às margens do Rio dos Sinos. Via de regra, porém, procurou-se localizar os imigrantes em áreas que estavam à espera de valorização. As duas colônias já mencionadas no Espírito Santo (Santa Izabel e Santa Leopoldina) podem ser apontadas como exemplo. Em Santa Catarina, os núcleos iniciais de colonização estão todos eles localizados em terras insalubres. Joinville localiza-se naquela parte das terras do Príncipe de Joinville que foram vendidas ao Hamburger Kolonisationsverein. O príncipe reservou para si as partes mais altas, que foram por ele vendidas quando estavam valorizadas. A cidade de Joinville encontra-se lá onde foi iniciada: no mangue! O trabalho do imigrante valorizou as terras vizinhas – Brusque e Blumenau não se encontram em áreas menos insalubres que as de Joinville. Os aldeamentos iniciais favoreceram a valorização das terras. No Rio Grande do Sul, as colonizações iniciais também estão em áreas baixas, sujeitas às inundações.

Interessados na valorização das terras, os políticos, proprietários e colonizadores jamais deram atenção à questão relativa à correta medição das terras. Assim, praticamente todas as áreas de imigração são áreas de conflito de terra. Já por volta de 1850, o embaixador prussiano von Eichmann vai se dirigir aos homens do governo brasileiro para alertá-los sobre o fato. Na época, os lotes iniciais de São Leopoldo ainda não estavam convenientemente marcados(13).

5. A mão-de-obra barata

A colonização do Estado de São Paulo é exemplo típico de como toda a política de imigração visava atrair mão-de-obra barata para os latifúndios carentes de braços. Ali, a pequena propriedade, trabalhada pelo imigrante, é elemento complementar do latifúndio. O imigrante passa por um "estágio" na fazenda antes de receber a terra. Na prática o que acontece é que o fazendeiro loteia as terras não próprias para o café, ficando nas proximidades da fazenda com uma população que, para melhorar seus rendimentos, oferecia sua força de trabalho para as atividades da fazenda. Conhecidos são

(13) Cf. os relatórios de von EICHMANN. In: *Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia, 1924, p. 291-300.

os acontecimentos em torno das terras do Senador Vergueiro e relatadas por Thomas Davatz(14).

6. A construção e conservação de estradas

Muitas vezes os núcleos coloniais ficam localizados no final de uma estrada. Veja-se os exemplos de Teófilo Ottoni e de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Para ligar terras ou mesmo Províncias ao litoral, construiu-se estradas com o concurso de imigrantes, aos quais se prometia acesso às terras que seriam por eles próprios tornadas acessíveis. Ao longo dessas mesmas estradas criou-se núcleos coloniais que possibilitassem a conservação dessas rodovias. No caso das localidades mineiras, os imigrantes tiveram que pagar caro pelas terras que eles próprios ajudaram a valorizar(15).

7. A criação de uma classe média brasileira

Isolado até 1808, o Brasil passa a ligar-se aos grandes acontecimentos mundiais com a vinda de Corte portuguesa e com a abertura dos portos. Tema geral das grandes discussões de então é a modernização e a integração do Brasil à comunidade mais ampla, moldada então pelo capitalismo industrial. Pouco após a chegada da família real portuguesa começam a ser dados os primeiros passos para a implantação da pequena propriedade no país. Pensava-se que essa pequena propriedade poderia desenvolver-se ao lado da grande propriedade, sem com ela concorrer. A pequena propriedade ocuparia os espaços vazios, promovendo a valorização fundiária, como já vimos, e promoveria o surgimento de uma classe social intermediária entre os escravos e os latifundiários. Essa classe intermediária seria a um só tempo mercado consumidor, ofereceria braços (16) e produziria aqueles gêneros que o latifúndio não

(14) Cf. DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil** (1850) (Biblioteca Histórica Brasileira). São Paulo, Martins, Universidade de São Paulo, 1972. LAZZARI, Beatriz Maria. **Imigração e ideologia. Reação do Parlamento Brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)** Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980. HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo, 1866-1934**. São Paulo, Paz e Terra, 1984.

(15) Veja-se abaixo minhas considerações a respeito de Juiz de Fora e de Teófilo Ottoni.

(16) Veja-se as palavras de Araújo Limas, acima, p. 1.

produzia. Esperava-se que essa classe intermediária criasse as condições para uma mudança social e econômica no país. Esses mesmos planos da elite brasileira são também os planos da nação dominante no campo econômico: a Inglaterra. Não podemos esquecer que a Inglaterra é no período a grande promotora da campanha abolicionista internacional. O trabalho escravo é visto como o grande concorrente, perigoso concorrente, para o trabalho industrial assalariado. Viram os ingleses também que a economia escravista impedia a circulação de mercadorias, pois o escravo não pode comprar. E, finalmente, a Inglaterra começa a ver a África como seu império colonial e procura afastar Portugal da África! Os interesses econômicos ingleses, incompatíveis com a escravidão, levam ao interesse inglês no surgimento de uma classe média no Brasil. Assim, casam-se os interesses econômicos e sociais de dois grupos que vão usar o imigrante contra o negro para propiciar o surgimento da classe média brasileira(17). Esse fato é básico para a realidade de que o protestantismo de imigração foi até poucos anos, enquanto durou o projeto liberal-modernizador, protestantismo de classe média. Por motivos óbvios a situação vai se invertendo paulatinamente e, hoje, o descendente do imigrante usado nos diversos aspectos que enumeramos até aqui vai engrossando os grupos daqueles que deixam o Brasil, indo buscar novas fronteiras no Paraguai ou na Bolívia.

Vejamos agora quais dos aspectos acima mencionados vamos encontrar no protestantismo mineiro do século XIX.

IV. NÚCLEOS DE IMIGRAÇÃO PROTESTANTE EM MINAS GERAIS NO SÉC. XIX

São basicamente dois os núcleos de imigração e colonização protestante em Minas Gerais no século XIX: Juiz de Fora e Teófilo Ottoni.

1. Juiz de Fora

Após uma viagem que fizera aos Estados Unidos e à Europa, o mineiro Mariano Procópio Ferreira Lage propôs ao

(17) Cf. BERGMANN, Michel. op. cit., p. 63.

governo do Império a construção e conservação, por sua própria conta e risco, de uma rodovia, a qual, partindo de Petrópolis, passaria por Juiz de Fora e Barbacena até atingir a capital da Província, Ouro Preto. Através do decreto nº 1031, de 7 de agosto de 1852, o Governo Imperial concedeu-lhe a autorização e o privilégio de explorá-la por um prazo de 50 anos. Para executar os planos foi fundada a Companhia União e Indústria, com um capital de 5.000.000\$000. Esse capital foi dividido em 10.000 ações no valor de 500\$000, colocadas entre os proprietários de terras que seriam beneficiados com a rodovia. É evidente que a estrada persegue claramente o aspecto da valorização de terras, entre as quais se encontram as próprias terras de Mariano Procópio Lage(18).

Com a finalidade de construir a rodovia, a Companhia União e Indústria contratou na Alemanha, em 1853, diversos técnicos (engenheiros, arquitetos, agrimensores e topógrafos) e, em 1856, devido à falta de mão-de-obra especializada, diversos mestres (20 no total), mestres de ofício, que vieram com um contrato de dois anos (19). Neste grupo e no capital proveniente do cultivo do café vamos encontrar a base para a industrialização de Juiz de Fora. Para a construção da estrada, no entanto, faltavam "braços". Na década de 1850, como sabemos, há falta de "braço escravo". Para suprir essa falta de braços, o Congresso aprovou, em 18 de setembro de 1850, a Lei Geral nº 601. Essa Lei Geral deu legislação definitiva à colonização, definiu o significado de terras devolutas, aboliu a gratuidade dos lotes aos colonos e definiu como único título de posse a compra. Além disso, criou a Repartição Geral de Terras Públicas. Essa Repartição teve a seu cargo a delimitação, divisão e proteção de terras devolutas e a promoção da colonização. A Lei foi regulamentada através do decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, pelo regulamento de 8 de maio de 1854, pela portaria nº 385, de 19 de dezembro de 1855, e pelo decreto nº 6129, de 23 de fevereiro de 1876. Em janeiro de 1857, estipulou o governo que seriam 50.000 os colonos que deveriam entrar no país para suprir a falta de braços. Imediatamente criaram-se uma série de colonizadoras particulares, as quais desejam receber os recursos governamentais para a colonização(20). Assim, a Companhia União e Indústria, criada com a finalidade de construir uma estrada, entra na corrida colonizadora.

(18) Cf. TSCHUDI, Johann Jakob, op. cit. Vol I, 1866, STEHLING, Luiz José. Os alemães em Juiz de Fora. In: FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Ed. **I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros**. Porto Alegre, 1966, p. 267s.

(19) Cf. STEHLING, Luiz José. op. cit., p. 268s.

(20) Cf. LAZZARI, Beatriz Maria. op. cit., p. 49-69.

Em 25 de abril de 1857, Mariano Procópio manda um preposto assinar contrato para importar 2.000 alemães, que deveriam ser instalados em áreas de terras que comprara para essa finalidade. Em homenagem ao Imperador, denomina essa colônia D. Pedro II. No primeiro artigo do contrato celebrado entre a Companhia União e Indústria e o Governo lê-se: "A Companhia União e Indústria obriga-se a importar quatrocentas famílias em três anos, a contar do dia 1º de julho próximo futuro, sendo cem (100) no primeiro ano; cento e quarenta(140)no segundo ano; cento e sessenta (160) no terceiro ano. Cada família terá, termo médio, cinco indivíduos e, se quatrocentas famílias não contiverem duas mil pessoas, a Companhia importará tantas famílias e mais quantas forem preciso para perfazer o número indicado de indivíduos". (21). A Companhia enviou um seu engenheiro, o Dr. Carl Christian Gieber, à Alemanha e este conseguiu que a firma Dr. F. Schmidt assumisse o recrutamento dos colonos. Para o transporte fez-se o contrato com o armador Jacques Donati, de Hamburgo (22).

Uma pergunta fica: Por que Mariano Procópio, cujo objetivo era o de construir uma estrada, tornou-se colonizador? Um aspecto parece evidente: há necessidade de mão-de-obra. Essa mão-de-obra poderá render para a Companhia depois de desmobilizada, pois comprará terras valorizadas pela construção da estrada. Mas existe mais um aspecto. Em livro, publicado em 1866, Johann Jakob von Tschudi escreve que tem dúvidas quanto ao fato de a estrada da Companhia União e Indústria vir algum dia a render dividendos. Segundo Tschudi, nos balancetes da Companhia, Mariano Procópio comunica aos acionistas que seu capital está perdido, não há dividendos. Consola os acionistas com o fato de a estrada ser empreendimento patriótico (23). Não é evidente que a vinda de colonos é uma maneira de conseguir recursos do governo para suprimir o déficit da Companhia?

No ano de 1857, num prazo de 59 dias, chegaram a Paraibuna 1.162 alemães. Faltavam 838 para completar os 2.000. A Companhia União e Indústria suspendeu a vinda dos demais e sacou junto à Repartição Geral de Terras Públicas a quantia de Rs 200:000\$000, à qual, segundo o contrato, fazia jus: havia conseguido braços para o Brasil!(24)

(21) Cf. STEHLING, Luiz José. op. cit., p. 269.

(22) Cf. STEHLING, Luiz José. op. cit., p. 270; TSCHUDI, Johann Jakob von. op. cit., vol. 1, p. 259s.

(23) cf. TSCHUDI, Johann Jakob von. op. cit., vol. 1, p. 258.

(24) Cf. STEHLING, Luiz José. op. cit., p. 270-273.

Segundo o contrato celebrado entre a Firma Dr. Fr. Schmidt, prometeu-se terra aos colonos para logo após a conclusão da estrada. Num total de 225 famílias com 1.100 pessoas, além de um total de 62 pessoas solteiras, os imigrantes provinham das seguintes regiões: Hessen, Tirol, Holstein, Prússia, Baden, Schleswig, Baviera, Württemberg, Hannover, Saxônia, Nassau, Braunschweig, Hamburgo, Mecklenburg, Luxemburgo e Dinamarca. Segundo Tschudi(25), os grupos mais numerosos são os provenientes de Hessen e do Tirol, seguindo-se os de Holstein, Prússia e Baden. Em relação à Companhia União e Indústria, os imigrantes ficaram sendo devedores. Chegaram devendo as passagens e continuaram devendo, pois a alimentação lhes era vendida a crédito. Não admira, pois, que, em 1860, a Colônia D. Pedro II tenha 1005 almas (26) e que quatro anos mais tarde o Pastor Stroelle escreva, dizendo que o número de moradores da Colônia continue a decrescer, apesar do nascimento de inúmeras crianças(27).

Quais as causas do decréscimo? Houve, é claro, mortalidade entre os imigrantes. O cemitério luterano de juiz de Fora apresenta um grande número de túmulos infantis. Stroelle nos conta ainda que a mais alta taxa de mortalidade ocorreu entre os tirolezes, devido ao grande consumo de álcool(28). Mas há ainda outros motivos. Quando os imigrantes chegaram à Colônia, não haviam sido tomadas as medidas necessárias para a sua instalação. Houve epidemias de tifo. Assim, conta-nos Tschudi(29), a situação era de profunda depressão entre os colonos; havia também descontentamento. As queixas continuavam em 1866, época em que Tschudi caracteriza a situação de "befriedigend", aceitável(30). As terras foram medidas em colônias de 20.000 braças quadradas e leiloadas(!) entre os colonos. A Companhia, que comprara as terras por um e meio réis a braça quadrada, alcança com o leilão um lucro de 45 e meio réis por braça quadrada. Os colonos, porém, não encontram mercado para seus produtos e as vendas que conseguem fazer não são suficientes para a compra de vestimentas. Muitas mulheres e meninos têm que se prostituir para obter dinheiro para a família(31).

(25) op. cit. vol. I, p. 260.

(26) Cf. TSCHUDI, Johann Jakob von, op. cit. vol. I, p. 260.

(27) Cf. o relatório do P. Gottlieb Stroëlle enviado ao Inspetor da Sociedade Missionária de Basileia e publicado em BILLROTH, Albert. *Ein Evangelist in Brasilien. Aus dem Nachlass des vormaligen Pfarrers der deutsch-evangelischen Gemeinde in Rio de Janeiro, Hermann Billroth*. Bremen, Verlag von C. F. Müller, 1867, p. 251s.

(28) op. cit., p. 251.

(29) op. cit., vol. I, p. 260.

(30) op. cit., vol. I, p. 260.

(31) op. cit., p. 252.

Em breve a situação religiosa vai ser de desmoralização, especialmente entre os protestantes. Metade dos imigrantes era protestante e, para eles, a Constituição do Império não previa igualdade de direitos. Segundo a Constituição, em seu parágrafo 5, os protestantes eram tolerados(32). Seus matrimônios eram considerados concubinato. Os imigrantes católicos foram atendidos pelo Pe. Tiago Mendes Ribeiro. Para os protestantes, a Companhia designou um músico negro, dando-lhe um salário anual de 2000 Milréis(33). Em caso de matrimônios interconfessionais, fazia-se necessária a autorização do bispo de Mariana, como podendo ver da seguinte sentença:

“Francisco Rodrigues de Paula, da Ordem de Cristo, Oficial da Rosa, Arcipreste da Catedral, Provisor e Vigário Geral G. S.:

Faço saber que não podendo contrair o sacramento do Matrimônio como pedem, impedidos os senhores abaixo declarados, dei a minha sentença de teor seguinte: VISTO estes autos de dispensa do Sr. Carlos Taucher e Eva Tebanu, residentes na freguesia da cidade de Paraibuna deste Bispado, ambos alemães da nação deles demonstraram serem os próprios ligados com o impedimento de “Cultos Disparitus” por ser esta protestante e aquele católico romano. Provando-nos ser a senhora pobre e órfã de mãe, e mesmo o senhor com seu ofício e agência a pode amparar e ela não foi raptada. Segundo vistos pela justificação junto, tendo eles provado estado livre e a senhora assinado termo de não embaraçar seu consorte no exercício de sua religião católica e de educar e criar seus filhos (quando os tenha) na religião católica, usando dos poderes concedidos aos Exmos. Srs. Bispos do Brasil, pelo Santíssimo Padre Pio IX no breve que começa – UNIVERSI DOMINICE GREGIS – expedido em Roma aos 17 de março de 1848, e a mim cometido por sua Exa. Revma., dispenso os referidos senhores do mencionado impedimento – Cultos Disparitus – para que se possam receber em Matrimônio que será celebrado, **fora da igreja e sem bênção ou outra formalidade religiosa**, e nesta forma se lhes dê sua sentença.

Mariana, 26 de outubro de 1858.

(32) Cf. CASTRO, Therezinha de. **História Documental do Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 1968, p. 150.

(33) Relato do Ministro Plenipotenciário Prussiano Meusebach. Citado em SCHRÖDER, Ferdinand. **Brasilien und Wittenberg. Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien**. Berlin & Leipzig, Verlag Walter de Gruyter Co, 1936, p. 341.

Francisco Rodrigues de Paula, Bispo'' (34)

A ata do casamento reza:

“Aos dez dias de novembro de mil oitocentos e cinqüenta e oito, na casa de minha residência, nesta cidade de Santo Antônio do Paraibuna, achando-se presentes os contratantes Carlos Paulo Taucher e Eva Tebanu, e as testemunhas abaixo assinadas presentes ao contrato matrimonial do dito C.C. perante as ditas testemunhas. E para constar faço este assento em que assino com os presentes.

Cidade do Paraibuna, 10 de novembro de 1858.

Padre Tiago Mendes Ribeiro, Vigário

Júlio Amberzo

Hermann Baxter

Maria Sebastiana do Enjo”. (35)

Com a ‘assistência’ que lhes dera a Companhia, os colonos foram obrigados a organizar a sua própria vida religiosa. Construíram uma escola, na qual aos domingos, primeiro os católicos e depois os protestantes, assistidos pelo professor Waltenberg, realizavam seus cultos. Os matrimônios protestantes eram celebrados na presença do professor e do diretor da Colônia, em cuja presença assinava um documento. Na realidade o fato era concubinato. Somente o Decreto 1.144, de 11 de setembro de 1861, viria a trazer uma alteração na situação. (36)

Em 1861, quando da visita de D. Pedro II a Paraibuna, os colonos protestantes dirigiram-se ao Imperador, solicitando-lhe que fosse cumprida a determinação da condição sexta do contrato assinado pela Companhia para importar colonos: “O Governo Imperial auxiliará com a quantia de Rs. 4.000\$000 (quatro contos de réis) a construção no principal estabelecimento da Companhia, de uma casa de oração sem forma de templo, para os colonos que não seguirem o culto católico. Este auxílio será realizado logo que haja um número de religião dissidente superior a quatrocentos”(37). Na época eram 507 os protestantes em Paraibuna. Pedro II atendeu à solicitação dos colonos e ordenou que o Pastor da Colônia de

(34) Cf. STEHLING, Luiz José. op. cit., p. 274s.

(35) Cf. STEHLING, Luiz José. op. cit., p. 275. Aparentemente o texto está incompleto ou corrompido.

(36) Cf. COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, Vol. 15, 1863, p. 85-91.

(37) Cf. STEHLING, Luiz José. op. cit., p. 276.

Petrópolis, na Província do Rio de Janeiro, atendesse a Colônia D. Pedro II(38). Os primeiros cultos foram celebrados pelo P. Bernhard Pflüger, pastor de Rio Novo, na Província do Espírito Santo, e, posteriormente, pelo Pastor Gottlieb Strölle.

Strölle, nascido a 19 de fevereiro de 1834 em Oberlenningen, no território de Württemberg/Alemanha, estudou teologia na Casa de Missão de Basiléia e foi enviado ao Brasil em 1862, permanecendo até o ano de 1866 como Pastor em Petrópolis. Faleceu em Neuchatel/Württemberg, em 1899. Strölle deixou-nos interessantes relatos de suas atividades em Petrópolis e algumas referências a respeito de Juiz de Fora. Segundo seus relatos, os protestantes puderam construir, ao tempo em que os pastoreou, uma casa de oração, na qual existia um altar e um harmônio. A frequência aos cultos era muito boa e o pastor caracteriza os ouvintes de atentos. Os luteranos têm escola, mas a formação das crianças é deficiente. O mal dos alemães, o alcoolismo, está muito difundido. Stroelle nos conta também a respeito de suas pregações: o fato de pregar em idioma alemão fez com que também muitos imigrantes católicos passassem a ouvi-lo. A autoridade eclesiástica local conseguiu, então, que fosse colocado um capuchinho tirolês, transferido do Espírito Santo, em Juiz de Fora. O procedimento deste sacerdote, no entanto, foi tão mau que Mariano Lage obteve sua remoção. Desde 1869, os alemães católicos teriam seu próprio cura d'almas na pessoa do Frei Emerich Hoffer de Praga. Para atender os evangélicos de Juiz de Fora, Stroelle deslocava-se uma vez por mês de Petrópolis, permanecendo três dias em Minas Gerais. As viagens eram feitas nas diligências da Companhia União e Indústria. Pelos serviços prestados, o Pastor recebia proventos anuais de 600 Milréis(39).

Com a volta de Stroelle para a Alemanha, Juiz de Fora continuou a ser atendida pelo Pastor Bernhard Pflüger (1837-1909), o qual de 1868-1870 assumiu o pastoreio de Petrópolis. Como seu antecessor, Pflüger obteve sua formação em Basiléia. Sua formação pietista trouxe-lhe dificuldades de relacionamento, forçando-o a deixar Petrópolis em 1870(40).

Hermann Borchard veio a se tornar pastor de Petrópolis de 1870-1872. Desse período temos um relato, no qual Borchard, maravilhado com o que vê em Juiz de Fora em termos de técnica e de progresso, ainda faz as seguintes observações a respeito dos

(38) Cf. STEHLING, Luiz José. op. cit., p. 276.

(39) Cf. as cartas e relatórios de Strölle em BILLROTH, Albert., op. cit., p. 219-260.

(40) Cf. SCHRÖDER, Ferdinand. op. cit., p. 325.

protestantes: "No domingo pela manhã, os evangélicos reuniram-se em grande número para o culto. O professor católico é concomitantemente sacristão da comunidade evangélica. O relacionamento de ambas as confissões é, pois, bom, do que muito cuida o Diretor Mariano. A frequência à escola, em contrapartida, é má. A tarde, visitei a Colônia Pedro Segundo, a qual conta com 1.130 almas, entre as quais 423 prtestantes. As famílias não podem subsistir em suas pequenas lavouras, a não ser que os homens sejam empregados e pagos pela Companhia"(41).

Os sucessores de Borchard continuaram com o atendimento de Juiz de Fora até 1886, ano em que a Companhia União e Indústria deixou de existir. A Comunidade Evangélica de Juiz de Fora recebeu da Companhia o terreno em que se achavam construídas a igreja e a escola e iniciou a construção de um novo templo, que foi concluído em 1886. A liderança local dirigiu-se, então, ao Conselho Diretor da Igreja Evangélica da Prússia e solicitou o envio de um pastor. O período dessa solicitação foi propício, pois a Prússia em expansão procurava novos mercados para os seus produtos e utilizava-se da igreja, que no Estado Prussiano era um departamento do Estado, para manter o caráter germânico das colônias de imigrantes alemães no exterior(42). A 30 de setembro de 1887, o Pastor Johann Caspar Schmierer (1848-1896), que de 1876 a 1886 fora Pastor em Sapiranga, no Rio Grande do Sul, assumia o pastorado de Juiz de Fora. Neste ano, Juiz de Fora já estava ligada por via férrea ao Rio de Janeiro. Schmierer foi pastor de Juiz de Fora até 1896, quando por ocasião de uma substituição no Rio de Janeiro foi vitimado pela febre amarela. Nos relatos que fez de seu trabalho, Schmierer dá ciência de estar atendendo protestantes em Mar de Espanha, num total de 15 famílias, todas elas descendentes de três famílias emigradas de Rudolstadt, na Alemanha(43). No século XIX, Juiz de Fora ainda contaria com a colaboração dos pastores Alfred Andreas Precht, de 1896-1898, e Johann Jakob Zink, de 1899-1908.

Quem fala da presença protestante em Juiz de Fora no século XIX não pode deixar de mencionar a penetração dos metodistas. Concluo, pois essas minhas colocações sobre Juiz de Fora, apresentando alguns dados sobre os metodistas. Desde maio de 1884 os metodistas iniciam trabalho missionário em Juiz de Fora.

(41) Cf. 4º Relatório do Comitê para os Alemães Protestantes na América do Sul, citado em SCHRÖDER, Ferdinand. op. cit., p. 341.

(42) Cf. DREHER, Martin Norberto. Transformações do luteranismo brasileiro. In: **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, 24(1): 10ss, 1984; SCHRÖDER, Ferdinand. op. cit., p. 342.

(43) Cf. SCHRÖDER, Ferdinand. op. cit., p. 342.

Preparando esse trabalho foram enviados, inicialmente, três colportores a Juiz de Fora: Samuel Elliot, Hermann Gartner e Ludgero de Miranda. Estes distribuíram e venderam Bíblia e literatura religiosa, alugaram uma casa à Rua Santo Antônio nº 10 e, em seu piso térreo, montaram uma casa de cultos públicos. Durante três semanas pregou ali o Rev. James L. Kennedy. Os tempos não eram mais os mesmos de que falava Hermann Borchard, em 1871, quando o professor católico era concomitantemente sacristão protestante. As pregações de Kennedy foram interrompidas por um sacerdote católico e a casa de culto apedrejada. Houve indignação no seio da população e o padre teve que deixar Juiz de Fora, às pressas. Logo criou-se uma congregação no centro da cidade. Com a atividade de Hermann Gartner entre os alemães, nas proximidades da estação de Mariano Procópio, surgiu também uma Escola Dominical em língua alemã, da qual surgiram algumas conversões ao metodismo(44).

Em dezembro de 1885, o jornal "Busca-Pé" trazia artigo de Alberto Besouchet, intitulado "Corre por aí", com palavras significativas para a situação criada com a penetração do protestantismo de missão em Juiz de Fora: Os dois pastores que estavam a pregar na cidade eram "dois satans pregando contra a religião do Estado (...), a fim de abalar as crenças religiosas dos bons cristãos e seduzi-los ao mesmo tempo para comerem o pão que o diabo amassou e beber vinho quassia e assofetida". Dizia ainda: "Também batizam ilegalmente, sustentam teorias falsas e horripilantes que são inconvenientes para o lar doméstico"(45). Desde janeiro de 1886, os metodistas começaram a publicar, em Juiz de Fora, o "Metodista Católico", com o qual procuravam rebater os ataques que lhes eram feitos. A congregação contava com um total de 33 membros. A capela teve todos os seus vidros quebrados e os metodistas tiveram que solicitar a proteção da polícia. Em fevereiro de 1886, os metodistas iniciavam trabalho em Mar de Espanha, mas o pregador foi intimado a deixar a cidade pelo Delegado de Polícia. Em Rio Novo veio a acontecer fato semelhante, quando o pregador metodista foi preso por dois praças e um cabo. O tipo de pregação missionária estava trazendo divisão religiosa para dentro das famílias, e a reação não se fazia esperar. Em 1890, criavam os metodistas uma escola em Juiz de Fora(46).

(44) Cf. SALVADOR, José Gonçalves. **História do Metodismo no Brasil**. Volume I: Dos Primórdios até à Proclamação da República (1835 a 1890). São Bernagdo do Campo, Imprensa Metodista, 1982, p. 147-149.

(45) SALVADOR, José Gonçalves. op. cit., p. 182.

(46) SALVADOR, José Gonçalves, op. cit., p. 182ss.

2. Philadelphia ou Teófilo Ottoni

No início do século XIX o Nordeste da província de Minas Gerais é área de grande pobreza. Falta-lhe um centro de gravidade econômica e, além disso, é absoluta a falta de estradas. Na área há densas florestas e muita maleita. A população é formada basicamente por diversos grupos indígenas, que recebem a designação genérica de botocudos. Para essa área são desenvolvidos os planos do político liberal Theophilo Benedicto Ottoni(47), um dos apóstolos mineiros do “progresso”. Ottoni planeja criar uma nova Província no Império, a qual abrangeria as comarcas de São Mateus, no Espírito Santo, Jequitinhonha e São Francisco, em Minas Gerais, e Caravelas e Porto Seguro, na Bahia. Capital dessa nova Província e centro de gravidade econômica da região seria a cidade que Ottoni planejava criar: Philadelphia, nome que expressa os ideais liberais de Jefferson.

Para tornar possível a concretização desse plano, Ottoni, como representante da Firma Ottoni & Cia, submeteu ao Governo Imperial, em 1847, um memorando sobre “Condições para a Incorporação de Uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, que se Denominará Cia. do Mucuri”(48). A resolução do Governo, aprovando a criação da Companhia, foi assinada a 31 de maio de 1847. A Companhia recebeu diversos privilégios: a) Exclusividade da navegação a vapor de São José de Porto Alegre até a Bahia e ao Rio de Janeiro; b) Exclusividade de navegação a vapor no Mucuri e afluentes; c) Direito de estabelecimento de fretes; d) Direito de cobrar do Governo o valor das despesas com obras, que houvessem sido contraídas, após quarenta anos; e) Concessão de área de terras para estabelecer colonização(49). Além disso, a Assembléia Provincial de Minas Gerais autorizou a Companhia a construir estradas e a cobrar pedágio nas mesmas. Concedeu-lhe, ainda isenção por 80(!) anos dos impostos provinciais. Para proteger a Companhia contra os selvícolas, a Província comprometeu-se, ainda, a construir um quartel(50). Junto a esse quartel seria estabelecida, mais tarde, a Colônia Militar de Urucu.

A Companhia organizou-se definitivamente em 1852 com um capital de mil e duzentos contos de réis, representados por quatro mil ações no valor de trezentos mil-réis. Ottoni deteve um oitavo do

(47) Parece-me que a melhor biografia sobre Ottoni continua a ser aquela da autoria de CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni. Ministro do Povo*, 3 ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1978.

(48) Cf. CHAGAS, Paulo Pinheiro. op. cit., p. 154.

(49) Cf. CHAGAS, Paulo Pinheiro. op. cit., p. 155.

(50) Cf. CHAGAS, Paulo Pinheiro. op. cit., p. 155.

total(51). Neste ano foi fundada a localidade de Philadelphia, junto ao Rio de Todos os Santos, e iniciada a construção de uma estrada que ligaria Philadelphia à localidade de Santa Clara, junto ao Mucuri. Dois anos mais tarde já existiam armazéns em Philadelphia e em Santa Clara.

Para conseguir a mão-de-obra para a construção da estrada e para colonizar as terras concedidas pelo Governo Imperial, Ottoni celebrou contrato com a Firma Morgenstern & Schlobach, de Leipzig. Estabeleceu-se que os colonos deveriam ter um capital mínimo de 200 táleres, ou trezentos e sessenta mil-réis. Os primeiros colonos chegaram a 23 de julho de 1856, perfazendo um total de 1.031 pessoas. Eram suíços e alemães(52). Como continuasse a falta de mão-de-obra e como nem todos os interessados pudessem dispor da quantia estipulada, Ottoni recorreu à importação de imigrantes de Potsdam, onde foram esvaziados os presídios, repetindo-se assim o que já acontecera no Rio Grande do Sul com a importação de presidiários de Mecklenburg(53). Como também estes imigrantes não fossem suficientes e muitos se evadissem da Colônia, Ottoni recorreu à Associação Central de Colonização, no Rio de Janeiro, que lhe enviou colonos suíços que haviam trabalhado em sistema de parceria em fazendas de café, na Província de São Paulo(54). Seguiram-se imigrantes vindos da França, Bélgica e Holanda, que foram localizados às margens do Rio Urucu, e ainda levam menores procedentes da Alemanha.

Como aconteceu com a maioria dos empreendimentos coloniais, as promessas feitas aos agricultores foram maiores do que as possibilidades de cumprimento. Quando da chegada dos primeiros nem mesmo teto havia que os pudesse abrigar. Os relatos sobre a situação de miséria em que são encontrados esses primeiros imigrantes são deprimentes: há subnutrição e fome; em meio à estrada uma mulher dá à luz seu filho, há altas taxas de mortalidade infantil. Altas são também as taxas de mortalidade entre os adultos: de 28 suíços assentados junto ao Mucuri, 16 morreram. Os sobreviventes foram reassentados na localidade de Boa Vista, onde mais cinco morreriam. O trágico desse último teto é que esses suíços anteriormente haviam trabalhado no sistema de parceria do Senador Vergueiro, em São Paulo, e estavam migrando pela segunda vez em

(51) Cf. CHAGAS, Paulo Pinheiro. op. cit., p. 173.

(52) Cf. CHAGAS, Paulo Pinheiro, op. cit., p. 211ss.

(53) Cf. HUNSCHE, Carlos H. **O Biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)**. 2. ed. Porto Alegre, Artes Gráficas, 1975, p. 62-74.

(54) Cf. CHAGAS, Paulo Pinheiro. op. cit., p. 212s.

busca de melhor sorte. Dificuldades financeiras levaram a que a Companhia do Mucuri, em certos períodos, não pudesse fornecer nem mesmo alimentos aos imigrantes(55).

Violento é o choque dos colonos com os indígenas. Também na área de Philadelphia, o imigrante é instrumento usado na liquidação do indígena. Isso deve ser afirmado, mesmo quando se sabe da grande preocupação de Theophilo Benedicto Ottoni com os indígenas(56). J.J. von Tschudi nos dá relatos deprimentes a respeito da liquidação dos povos indígenas nessa área. Cita o fato de um comandante militar atacar uma aldeia botocuda e liquidar 150 indígenas e trazer como troféu trezentas orelhas de indígenas(57). Quando os soldados atacam uma aldeia, em "expedições de represália", procuram não matar as crianças, as quais, posteriormente, vendem a razão de 100 mil-réis cada. Crâneos de indígenas trucidados são vendidos a museus antropológicos da Europa(58). É a indústria da morte. O colono que vai recebendo terras de índio choca-se com este, defende-se e mata.

Não muito longe de Philadelphia foi localizada a Colônia Militar de Urucu para proteger os empreendimentos da Companhia do Mucuri e os transportes de mercadorias. Esses soldados participaram do extermínio dos indígenas. Criada por decreto de 24 de fevereiro de 1854, a Colônia Militar de Urucu recebeu, em 1858, da Repartição Geral de Terras Públicas, 164 holandeses e belgas. Após 8 meses de assentamento, 1/3 dos imigrantes havia morrido em consequência da incapacidade administrativa da Colônia e em virtude de doenças(59). A criação da Colônia Militar e a localização de colonos em sua proximidade evidencia, mais uma vez, a tese que apresentamos no início desta exposição: muitas vezes, os colonos são localizados nas proximidades de acampamentos militares para supri-los com gêneros alimentícios.

Com a vinda dos imigrantes principia também o período de desbravamento e de valorização das terras. Logo surgem fazendeiros de outras áreas de Minas Gerais, que se instalam nas proximidades de Philadelphia. Em 1861, já chega a 30 o número de fazendeiros na região, os quais trazem consigo os seus escravos. Só Joaquim José de Araújo Maia, cunhado de Ottoni, possuía mais de

(55) Cf. os relatos de Hollerbach em BILLROTH, Albert. op. cit., p. 278s.

(56) Cf. CHAGAS, Paulo Pinheiro, op. cit., p. 182ss.

(57) Cf. TSCHUDI, Johann Jakob von. op. cit. vol. 2, p. 263.

(58) Cf. TSCHUDI, Johann Jakob von. op. cit. vol. 2, p. 264.

(59) Cf. TSCHUDI, Johann Jakob von. op. cit. vol. 2, p. 342.

cem escravos. Outro fazendeiro da área é Manoel Esteves Ottoni(60). O fazendeiro pode dedicar-se à monocultura, enquanto que o imigrante vai lhe fornecer a baixo custo os demais gêneros alimentícios, pois não há condições de escoar a produção do colono.

Em fevereiro de 1858 viviam em todas as colônias do Mucuri 1013 pessoas e, no decorrer do mesmo ano, o número subiu para 1768 indivíduos(61). Em virtude das dificuldades financeiras da Companhia Mucuri, da própria família Ottoni e de questões de ordem política, o Governo Imperial assumiu as Colônias da Companhia do Mucuri, no ano de 1861. Neste ano viviam em todas as colônias tão-somente 487 colonos. Na Colônia de Santa Clara havia 78 indivíduos (58 em Macaco, 11 em Barreado e 9 em São Mateus), nas Colônias de Philadelphia e do Rio de Todos os Santos havia 409 (7 em Cana Brava, 3 em Santa Ana, 27 em Santa Maria, 83 em Todos os Santos, 136 em São Jacinto, 55 em Santo Antônio, 62 em São Benedito e 36 em Philadelphia). Segundo o credo religioso, 270 eram protestantes, 165 católicos e 52 crianças não haviam sido batizadas(62). Na Colônia Militar de Urucu viviam, em 1861, 221 colonos. Destes, 151 eram católicos e 70 protestantes.

Os protestantes das colônias do Mucuri ficaram sem acompanhamento religioso regular até o ano de 1863. É certo que de 1856 a 1863 os próprios colonos protestantes devem ter organizado sua vida religiosa, mas é pouco o que sabemos desse período. Quando Tschudi visita a Colônia em fevereiro de 1858 já estava sendo construída uma igreja protestante em Philadelphia. Responsável pela construção foi o engenheiro prussiano Burow(63). Tschudi informa-nos ainda que para a construção dessa igreja o Governo Imperial contribuíra com a quantia de 4 contos de réis. O templo foi concluído em 1860(64). Quando da visita de Tschudi à colônia, diversos imigrantes suíços solicitaram-lhe que se empenhasse na consecução de um pastor(65). As instâncias de Tschudi, a Sociedade Missionária de Basileia enviou, em 1862, o Pastor Johann Leonhard Hollerbach. Hollerbach nascera a 9 de outubro de 1835, em Wertheim, Baden, e fora até os seus 23 anos professor. Em 1858

(60) Cf. TSCHUDI, Johann Jakob von. op. cit., vol.2, p. 307.

(61) Cf. TSCHUDI, Johann Jakob von. op. cit. 2, p. 345.

(62) Cf. TSCHUDI, Johann Jakob von. op. cit. vol. 2, p. 245s.

(63) Cf. TSCHUDI, Johann Jakob von. op. cit. vol. 2, p. 237.

(64) Cf. TSCHUDI, Johann Jakob von. op. cit. vol. 2, p. 237, onde se encontra reproduzida gravura desta primeira casa de oração protestante.

(65) Cf. TSCHUDI, Johann Jakob von. op. cit. vol 2, p. 241.

ingressou no Seminário de Missão de Basiléia, onde recebeu sua formação teológica(66). A 5 de abril de 1862, Hollerbach, juntamente com o Pastor Gottlieb Stroelle, que já conhecemos de Petrópolis e de Juiz de Fora, chegava ao Rio de Janeiro. Em 23 de maio de 1862 dava-se a festiva recepção do Pastor em Philadelphia. O relato que nos legou é expressão eloqüente da alegria desses imigrantes protestantes, que após sete anos recebiam a primeira visita pastoral(67).

Em julho de 1863, Hollerbach havia concluído o primeiro levantamento dos protestantes que haveria de pastorear. Ao longo do Mucuri, "num espaço de mais de cinqüenta horas" viviam cerca de 400 protestantes, naturais de Baden, Württemberg, Alsácia, Hessen, Prússia-Renana, Pomerânia, Saxônia, Suíça, Bélgica, Holanda (cerca de 70), e sempre um francês, um belga, um originário de Holstein, um de Hamburgo e um de Hannover. Diz Hollerbach que tem diante de si a "amada Alemanha em miniatura"(68). Essa expressão vale em toda a sua amplitude, pois Hollerbach tem diante de si todo o aspecto das tradições litúrgicas das Igrejas Territoriais Alemãs e dos países vizinhos da Alemanha. Aqui é necessário que se diga que, em algumas Igrejas Territoriais, a liturgia era algo quase que inexistente, em outras era muito rica. Um membro luterano chega a afirmar: "Quando não posso ouvir a liturgia, não houve culto para mim, e não irei mais à igreja"(69). Os holandeses calvinistas, no entanto, rejeitam as tradições luteranas trazidas por Hollerbach, não querem o crucifixo, o 'Afgod' (ídolo) (70). Outros, que se dizem possuidores de um espírito progressista dizem ao Pastor: "Eu sei que o senhor tem que ensinar assim como ensina; sei que gostaria de acompanhar o espírito da nossa época, mas não pode"(71). Mas, o Pastor também sabe informar que em Philadelphia o social-democrata convicto passa a freqüentar os cultos da comunidade luterana(72). Assim, entre luteranos e calvinistas, entre ateus e ex-ateus, enceta-se a caminhada protestante em Teófilo

(66) Cf. SCHLUPP, Walter J. **Vasos de Barro ou Deus caça mesmo com gatos**. São Leopoldo, Rotermund, 1983, p. 70s.

(67) Cf. BILLROTH, Albert. op. cit., p. 262ss.

(68) Cf. BILLROTH, Albert. op. cit., p. 264.

(69) Cf. BILLROTH, Albert. op. cit., p. 264.

(70) Cf. BILLROTH, Albert. op. cit., p. 267.

(71) Cf. BILLROTH, Albert. op. cit., p. 268.

(72) Carta de Hollerbach, de 10 de agosto de 1881. em: ROTHE, Max (org.), **100 anos de colonização alemã em Teófilo** Ottoni Minas Gerais. Ijuí, Michaelsen & Cia, 1956, p. 24.

Otoni. No ano de 1882, quando Hollerbach deixou de ser ministro protestante contratado pelo Governo Imperial, já passava de 800 o número de seus paroquianos(73).

(73) Cf. SCHLUPP, Walter J. op. cit., p. 76.